



Relatório de Atividades Fiscalização do Cumprimento do Plano

Recuperação Judicial n.º 5000033-86.2018.8.21.0009

Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Carazinho/RS

Recuperanda:

Petropátria Comércio de Combustíveis Ltda.

Agosto de 2023

BRIZOLA E JAPUR
Administração Judicial



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ÍNDICE

• 1. Considerações Preliminares.....	3
• 2. Cronograma Processual.....	4
• 3. Cumprimento do Plano de Recuperação.....	5
3.1. Quadro-Geral de Credores.....	6
3.2. Fiscalização do Cumprimento do Plano.....	7
• 4. Informações sobre a Recuperanda.....	9
4.1. Informações Gerais.....	12
4.2. Quadro Funcional e Faturamento.....	13
4.3. Outras Obrigações.....	14

1. Considerações Preliminares

Em primeiro lugar, cumpre referir as premissas que embasaram este Relatório, bem como destacar alguns pontos que esta Equipe julga pertinentes para uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido.

Para esta Equipe chegar às conclusões apresentadas no presente relatório foram tomadas como boas e válidas as informações: (i) contidas nas demonstrações contábeis da **PETROPÁTRIA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.**; e (ii) expostas nas discussões conduzidas com membros integrantes da Administração da Recuperanda sobre os negócios e as operações das referidas sociedades empresárias.

No que diz respeito à **apresentação de contas demonstrativas mensais** (art. 52., IV da Lei n.º 11.101/2005), esta Administração Judicial acordou com os representantes da Devedora que as informações contábeis e gerenciais devem ser fornecidas até o dia **20 de cada mês subsequente** àquele sobre o qual os relatórios de atividades se referem. Sobre o tema, urge destacar que a obrigação tem sido cumprida pelas Recuperandas, com raras exceções.

Exceto quando expressamente mencionado, os valores indicados neste relatório **estão expressos em milhares de reais.**

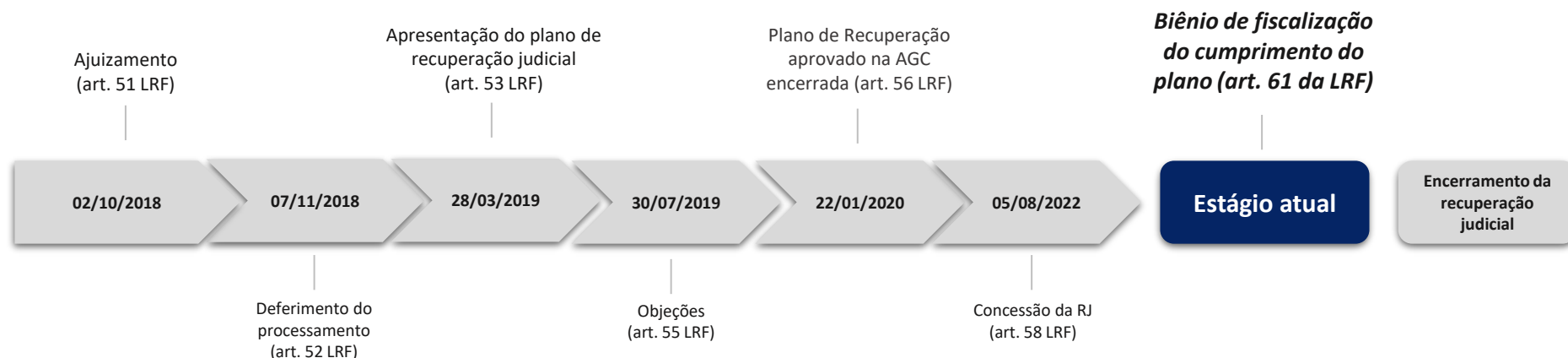
O Plano de Recuperação vigente e os Relatórios de Atividades elaborados por esta Equipe podem ser consultados no *site* da Administração Judicial, conforme endereço:

BRIZOLAEJAPUR.COM.BR/CASOS/RECUPERACOES/PETROPATRIA-COMERCIO-DE-COMBUSTIVEL-LTDA

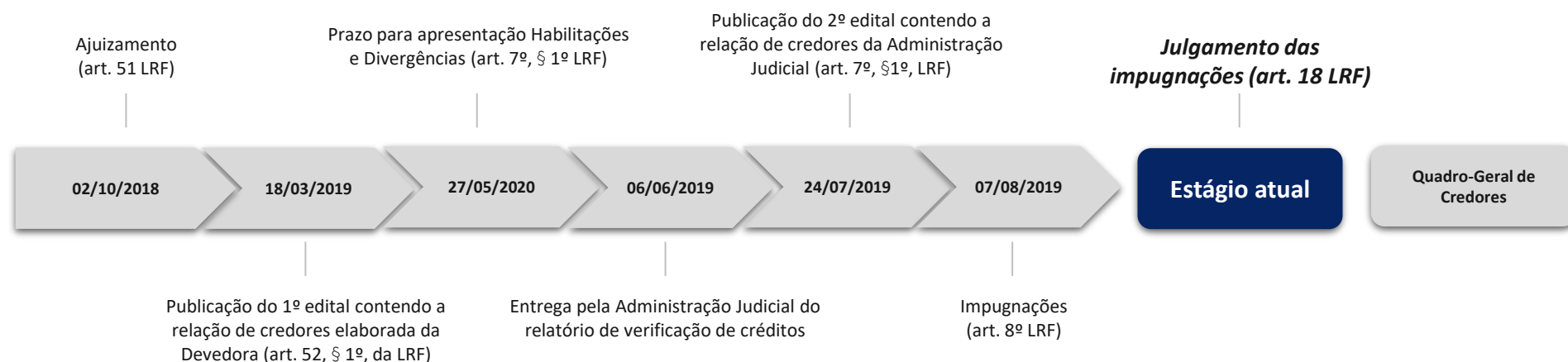


2. Cronograma Processual

2.1 Processo de Recuperação Judicial:



2.2 Verificação de Créditos:

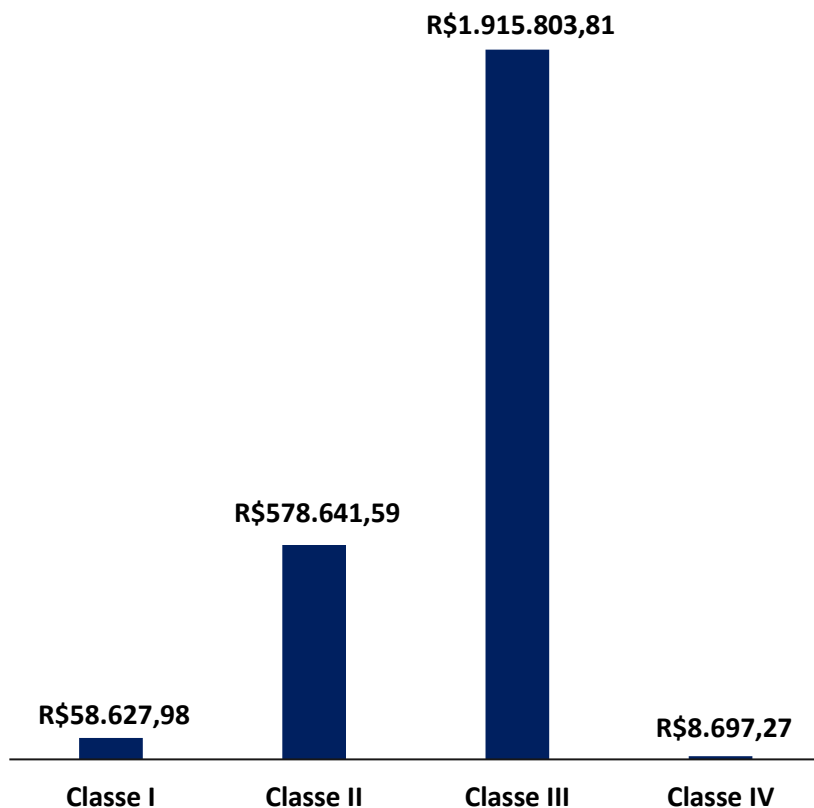


3. CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

3.1. Quadro-Geral de Credores

3.2. Fiscalização do Cumprimento do Plano

3.1 Quadro-Geral de Credores (*não consolidado*)



O **quadro-geral de credores** sujeitos à Recuperação Judicial da Petropátria Comércio de Combustíveis Ltda. perfaz a monta atualizada de **R\$ 2.561.770,65**. A lista de credores da Recuperanda é composta por:

- **Classe I – Trabalhistas (4 credores);**
- **Classe II – Garantia real (1 credor);**
- **Classe III – Quirografários (22 credores);**
- **Classe IV – ME/EPP (5 credores).**

3.2 Fiscalização do Cumprimento do Plano

Apresenta-se abaixo quadro resumo referente às **condições de pagamento** no que diz respeito ao Plano de Recuperação aprovado pelos credores na Assembleia-Geral de Credores realizada no dia **22 de janeiro de 2020** e homologado pelo Juízo no dia **08 de agosto de 2022**.

CLASSE	SUB-CLASSE	DESÁGIO	CARÊNCIA EM MESES	NÚMERO DE PARCELAS MENSAIS	JUROS a.a.	CORREÇÃO MONETÁRIA
Trabalhista	Não se aplica	-	-	12	-	TR
Garantia Real	Opção A	-	24	108	12%	TR
	Opção B	20%	12	108	6%	TR
	Opção C	80%	36	60	6%	TR
Quirografário	Até R\$ 10.000,00	30%	-	12	6%	TR
	Opção A	-	12	108	1%	TR
	Opção B	60%	36	108	0,5%	TR
	Opção C	80%	24	60	-	TR
ME/EPP	Não se aplica	50%	-	12	6%	TR

Portanto, já transcorrido um ano da data de homologação (marco temporal para início da contagem de prazos conforme o PRJ), **há 12 parcelas vencidas** da Classe I, Classe IV e também aos créditos de até R\$ 10.000,00 da Classe III.

No entanto, há discordância da Recuperanda em relação ao marco temporal que delimita o início da contagem de prazos – ainda que previsto no PRJ aprovado. No dia **07 de julho de 2023**, a Devedora informou que os pagamentos não iniciaram em 08 de agosto de 2022 por conta do tardio julgamento dos embargos de declaração opostos no âmbito do Agravo de Instrumento n.º 5085175-32.2021.8.21.7000. Logo, bem como apresentou na petição do **(E.433)**, a Devedora planeja cumprir com as condições previstas no PRJ, porém, com a **contagem dos prazos iniciando apenas em 26 de abril de 2023 – resultando em três parcelas em aberto e não doze**.

De todo modo, esta Equipe entende que o pagamento das parcelas é devido a partir da homologação, conforme consta no próprio PRJ.

3.2 Fiscalização do Cumprimento do Plano

Cumpra-se ressaltar que apenas o credor **JOSÉ MAURÍCIO RABUSKE** disponibilizou seus dados bancários, cujo respectivo comprovante de pagamento a Empresa apresentou no E. 440.

Dessa forma, a Administração Judicial projetou dois cenários para calcular o saldo vencido ao credor em evidência: (i) a contar da data de homologação (08/08/2022) e (ii) a contar de 26/04/2023, conforme petição da Recuperanda no E.433. Seguem os saldos aferidos e o total pago:

Credor	Crédito QGC	Vencido a contar de 26/04/2023	Vencido a contar de 08/08/2022	Pago em 31/07/2023
JOSÉ MAURÍCIO RABUSKE	R\$ 56.206,49	R\$ 16.237,43	R\$ 56.987,14	R\$ 6.177,82

Ato subsequente, apresenta-se a seguir o quadro resumo referente a todos os pagamentos concursais devidos até o dia 08 de agosto de 2023, isto é, até a **12ª parcela a contar da homologação do plano (08/08/2022)**. Além disto, são apresentados os valores nominais dos créditos e também após incidência do **deságio** previsto no **PRJ**.

Classe	Valor QGC	Valor com deságio	Valor devido até 12ª parcela
Classe I	R\$ 58.627,98	R\$ 58.627,98	R\$ 58.627,98
Classe III - Até R\$ 10.000,00	R\$ 17.841,73	R\$ 12.489,21	R\$ 13.238,63
Classe IV	R\$ 8.697,27	R\$ 4.348,64	R\$ 4.609,58
TOTAL	R\$ 85.166,98	R\$ 75.465,83	R\$ 76.476,19

Cabe ressaltar que embora haja previsão de atualização dos créditos trabalhistas pela taxa TR, esta Equipe Técnica não realizou referida correção pois o PRJ é omissivo em relação ao início de sua incidência.

Ademais, diante da ausência de pagamentos a diversos credores devido à omissão em relação aos dados bancários, a Recuperanda apontou que, no PRJ homologado, está prevista a reserva dos valores devidos aos credores enquadrados nesta hipótese. Por este motivo, a Devedora realizou uma série de depósitos em juízo.

Posteriormente, os representantes da Empresa peticionaram (**E. 433**), solicitando a **expedição de alvará para resgatar os valores previamente depositados em juízo (R\$ 13.527,62)**, uma vez que o plano prevê a reserva de valores **em caixa** para os credores omissos quanto aos dados bancários.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A RECUPERANDA

4.1. Informações Gerais

4.2. Quadro Funcional e Faturamento

4.3. Outras Obrigações

Petropátria Comércio de Combustíveis Ltda.

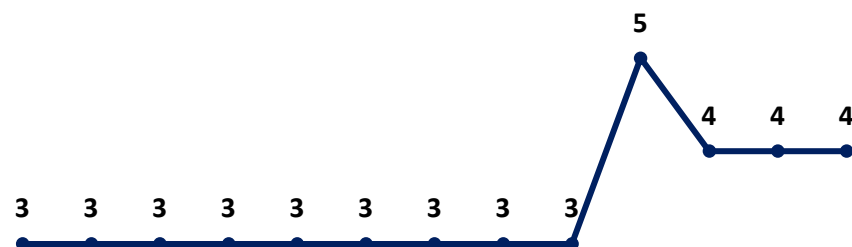
CNPJ: 07.467.544/0001-07

- **Atividade:** Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
- **Sede:** Rua Siqueira Campos, n.º 400, Carazinho - RS
- **Sociedade Empresária Limitada**
- **Capital Social:** R\$ 50.000,00
- **Sócios:** Rudi Oscar Stumer (90%) e Marília Stumer Girelli (10%)

4.2 Quadro Funcional e Faturamento

NÚMERO DE COLABORADORES ATIVOS

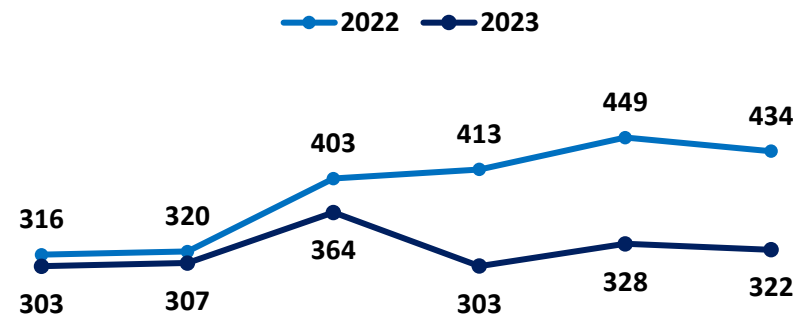
Conforme informações disponibilizadas pela Recuperanda, atualmente há **quatro funcionários ativos**. Segue a evolução do quadro funcional:



jun-22 jul-22 ago-22 set-22 out-22 nov-22 dez-22 jan-23 fev-23 mar-23 abr-23 mai-23 jun-23

FATURAMENTO (RECEITA BRUTA)

A seguir, apresenta-se a evolução do **faturamento mensal** auferido pela Recuperanda em 2022 e 2023: *(em R\$ mil)*



jan fev mar abr mai jun

4.3 Outras Obrigações

Na qualidade de auxiliar do Juízo, além de manter os credores e demais interessados informados acerca do andamento das atividades das Recuperandas e dos trâmites processuais, um dos papéis da equipe de Administração Judicial é o de fiscalizar o seu trabalho, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações que lhe são impostas pela Lei n.º 11.101/2005.

Nesse diapasão, esta Equipe tem realizado indagações e visitas periódicas à sede da Recuperanda e constata que:

A Recuperanda está adimplente no que diz respeito às obrigações com **salários de funcionários e despesas correntes**.

Em relação aos **fornecedores**, há 2 títulos protestados, conforme consulta realizada em 02 de agosto de 2023 no endereço eletrônico da [Central Nacional de Protestos](#).

Com relação a débitos inscritos em dívida ativa, há o montante de R\$424.210,01, conforme consulta realizada por esta Auxiliar do Juízo no endereço eletrônico da [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional \(PGFN\)](#) em 02 de agosto de 2023.

No período em análise, não foram constatadas condutas passíveis de enquadramento nas hipóteses descritas nos incisos do art. 64, da LRF, nem foi apurada a distribuição de lucros ou dividendos a sócios ou acionistas, vedada por força do art. 6º-A, da LRF.

Quanto aos honorários fixados em favor desta Administração Judicial, atualmente está adimplente com os valores.

Diante das informações prestadas, a Administração Judicial requer a juntada deste relatório mensal de atividades, formulado **precipualemente** pelos seguintes profissionais, todos da **equipe permanente** desta auxiliar do Juízo:



Rafael Brizola Marques
Coordenador Geral
OAB/RS 76.787



José Paulo Japur
Advogado Corresponsável
OAB/RS n.º 77.320



Miguel Condah Kaghofer
Advogado Corresponsável
OAB/RS 119.030



Daniel Kops
Coordenador Contábil
CRC/RS 96.647/O-9



Felipe Camardelli
Coordenador Contábil
CRA/RS 31.349/O



Lucas Evaldt Vargas
Equipe Contábil

BRIZOLA E JAPUR
Administração Judicial

